



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1016887-71.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores**
 Requerente: **Maico Paschoalino**
 Requerido: **Raquel Ferreira Alves e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL LUIZ MAIA SANTOS**

Vistos.

Trata-se de ação de exigir contas, ora em sua segunda fase, ajuizada por **Maico Paschoalino** contra **Raquel Ferreira Alves** e **José Roberto Bernardo**. O autor alega, em resumo, ser sócio majoritário da sociedade ARP Academia Ltda, a qual, desde a inauguração, é administrada pela ré Raquel, nunca lhe sendo repassado lucro ou pago o *pro labore*. A ré sempre afirmou que inexistia lucro a ser apurado ou repassado. Ainda, Raquel nomeou o réu José Roberto como seu procurador e por isso ela deveria lhe prestar contas da administração.

Na primeira fase deste procedimento, os réus foram condenados a prestar as contas pedidas (fls. 309/311) e, então, apresentaram documentos (fls. 314/315 e 316/414), tendo o autor impugnado esta prestação, apontando o saldo que entende devido (fls. 418/420 e 421/1.189).

Os réus se manifestaram novamente e juntaram novos documentos (fls. 1.193/1.201 e 1.202/1.429), determinando-se a realização de perícia contábil (fls. 1.457/1.458). As partes apresentaram quesitos (fls. 1.461/1.464 e 1.520/1.523) e o laudo pericial foi juntado (fls. 3.682/3.707).

O autor pugnou por esclarecimentos do perito (fls. 3.754/3.756), os quais foram prestados (fls. 3.764/3.767). Este juízo, também, solicitou que o perito esclarecesse questões relevantes para o desfecho da causa (fls. 3.781/3.782), o que foi cumprido pelo *expert* (fls. 3.787/3.797), tendo o autor se manifestado novamente em discordância à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

conclusão do laudo (fls. 3.801/3.802).

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

A ação de exigir contas, na forma estruturada pelo Código de Processo Civil, está dividida em duas fases. Na primeira delas – já superada nestes autos – a análise se circunscreve à obrigação do réu em prestar as contas exigidas pelo autor. Na segunda fase deste procedimento especial, o objetivo é apurar eventual saldo a favor de uma ou outra parte, providência que é extraída a partir da relação jurídica de direito material estabelecida entre os litigantes.

No caso em apreço, cuida-de ação de exigir contas ajuizada por sócio contra administradora da sociedade limitada onde ambos figuram no quadro societário, incluído no polo passivo o mandatário nomeado pela sócia administradora. Então, o objeto da causa, considerando o procedimento adotado pelo demandante, deve ficar limitado à apuração de eventual saldo a ser apurado a partir desta relação de natureza societária existente entre as partes.

Neste contexto, o árduo trabalho desenvolvido pelo perito (laudo pericial de fls. 3.682/3.707 e esclarecimentos de fls. 3.764/3.767 e 3.787/3.797) apurou, de acordo com os documentos apresentados e pela análise da escrituração contábil existente, o saldo a favor do autor, tendo examinado as receitas e despesas da sociedade da qual o demandante é sócio.

É certo que o perito consignou certa confusão contábil entre a sociedade da qual o autor é sócio e outras nas quais a ré faz parte do quadro societário (*Alves & Bernardo Academia Ltda ME e Alves & Baldan Artigos Esportivos Ltda ME*). Entretanto, para os fins a que se propõe esta demanda, em especial porque o autor, na petição inicial, reclamou a falta de repasse de lucros ou pagamento de *pro labore* a seu favor, o título executivo judicial deve ficar limitado ao quanto foi possível apurar pelo *expert*, reservando-se eventual prejuízo superior que o autor alega ter sofrido pela má administração dos réus para ação própria, baseada em outra causa de pedir.

Em outras palavras, se a própria sociedade ou o autor, na condição de sócio, vieram a sofrer algum dano em razão de conduta ilícita praticada pela administradora ou


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

por seu mandatário na condução do objeto social, abre-se o caminho da ação indenizatória, fundada nos artigos 1.016 e 1.017, do Código Civil, sem prejuízo da destituição do cargo de administradora ou, quiçá, exclusão judicial, desde que preenchidos os requisitos legais para estas providências.

Veja-se, ademais, que seria descabida a adoção das contas apresentadas pelo autor (fls. 418/420), porque o perito já realizou análise apurada da escrituração contábil que lhe foi apresentada e também porque o demandante incluiu no saldo que pretende constituir valor de bens móveis que, em tese, fazem parte do patrimônio da empresa. Ora, o objeto da ação foi fixado pelo conteúdo da petição inicial, onde o autor reclama a falta de repasse de lucro ou *pro labore*. Não se está a tratar nesta demanda de eventual apuração de haveres, a fim de se verificar a participação do sócio no tocante ao patrimônio social, o que seria cabível apenas em eventual dissolução parcial da sociedade, providência estranha ao procedimento ora instaurado.

Portanto, apurado o saldo, cumpre desde logo finalizar este procedimento, constituindo-se o título judicial.

A sucumbência deve ser imputada integralmente aos réus, porque foi reconhecido o dever de prestar contas e o saldo foi apurado a partir de prova pericial deferida nesta segunda fase. Embora as contas apresentadas pelo autor não tenham sido aceitas, houve saldo a seu favor, de modo que por meio de uma análise integral do procedimento, fica bem claro que ele saiu vencedor na demanda e por isso é dos réus a responsabilidade por estes ônus.

Colhe-se da doutrina de **Humberto Theodoro Júnior**, lição que auxilia neste desfecho: *Atingindo o processo a fase de julgamento das contas, sejam aquelas apresentadas pelo réu, sejam as do autor, a circunstância de o saldo apurado ser contrário a uma das partes não a faz, só por isso, vencida na causa. O mérito nesse tipo especial de ação gira em torno da obrigação de prestar contas e não da cobrança propriamente dita do saldo que destas possa resultar. Tanto que o autor que exigiu as contas será a parte vencedora, ainda quando o saldo final seja zero ou represente débito a seu desfavor.* (Curso de Direito Processual Civil. Vol. II. 51 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 95).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, **apurado o saldo, condeno os réus a pagar ao autor R\$ 71.784,03 (setenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e três centavos), acrescidos de atualização monetária, pelos índices da tabela prática do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar da data apontada no laudo (31/10/2015), além de juros de mora, de 1% ao mês, contados da data da citação, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos dos artigos 487, inciso I, e 552, ambos do Código de Processo Civil.**

Condeno os réus ao pagamento das despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Expeça-se mandado de levantamento, a favor do perito, da quantia remanescente dos honorários periciais depositados.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 17 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**